



## ATA Nº 8/2023

Aos 25 dias do mês de abril de 2023, pelas 11.00 horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu, em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal de Espinho, presidida pelo Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, Guilhermino Pedro de Sousa Pereira e secretariada por Joana Raquel da Silva Devezas e por Isabel Maria Pinhal Resende, com a seguinte ordem de trabalhos:

### **Ponto Único: Comemoração do 25 de Abril**

Foi declarada aberta a sessão extraordinária, tendo sido dada a palavra aos representantes dos diversos grupos políticos com assento naquele órgão municipal.

Assim, foram proferidos os seguintes discursos:

**José Dinis Pinho (BE):** "Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Espinho, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Vogais, Povo trabalhador de Espinho, Minhas senhoras e meus senhores.

Aqui saudamos entusiasticamente o 25 de Abril! Aqui saudamos, com todas as letras, a palavra revolução! Há 48 anos, debaixo da nobre iniciativa dos capitães de Abril e sob o gigantesco impulso dos trabalhadores portugueses, o fascismo caiu com todo o seu breu de misérias e sofrimentos, com as suas torturas e os seus campos de concentração, com a sua guerra criminosa e assassina. E é recordando as lágrimas dessa alegria inicial, no calor das suas esperanças mil vezes renovadas, no vigor dessa vontade temperada em longos anos de resistência e luta antifascista, que saudamos os mártires e heróis da luta antifascista, que foram semeando com o seu sangue intrépido e generoso o próprio 25 de Abril e se tornaram os símbolos da luta de um povo que jamais foi vergado pelos tenebrosos crimes da ditadura. Aqui saudamos os capitães de Abril, cuja audácia e valentia merecem a profunda gratidão do povo português e de todas as forças democráticas e progressistas. A ditadura fascista foi derrubada, mas o fascismo, despujado e com os tiques do velhaco, o dos castigos, beatas, pides e cardeais em seus sete mantos, não desistiu, com sucesso, de recuperar as posições perdidas, de ameaçar as liberdades e as conquistas revolucionárias. 48 anos depois, o recrudescimento da propaganda reacionária no Portugal de hoje obriga-nos a reflexões várias. À cabeça, não pactuar com a intolerância fascista, racista e sexista. Não pactuar com os elogios ao colonialismo e ao Estado Novo. Não aceitar a linguagem vulgar da xenofobia. A República não pode condescender com os inimigos proclamados da Constituição e tal exige separação política e, até, reparação institucional. Se há

compromisso para a República que tem de ser feito é o da sua autodefesa constitucional. A urgência é agora, antes que sejam os herdeiros do MDLP, qual serpente germinada, a condicionar um qualquer governo. Esta intervenção é, por isso, um apelo. Decerto muitos cidadãos vão assinalar os 48 anos da Liberdade. Antes disso, e até para isso, assumamos aqui, nesta Assembleia Municipal de Espinho, a vontade indómita de levar a democracia mais além, o estremeção que falta para a agonia da política boçal. Temos hoje mais dias vividos em democracia do que em ditadura. Derrubou-se a ditadura, expulsaram-se os oligarcas, nacionalizaram-se importantes sectores da economia; conquistou-se a liberdade e a democracia. E com elas viriam os direitos, o direito ao trabalho, à saúde, à educação e o direito a eleições livres. A longa noite, da tirania e da vileza dos costumes ditos brandos, que, tal como em todo o país, também era bem longa no nosso Concelho, acabara. Um novo mundo começava. E hoje festejamos a madrugada que chegou, sabendo que há tantas outras noites que ensombram o nosso presente e o nosso futuro. E também essas precisam de ser derrubadas. Longe de ser consequência de algum disfuncionamento passageiro do sistema económico, esta sucessão de crises que vivemos (crise bancária, primeiro, e das dívidas soberanas, depois; crise social e económica imposta pela demencial receita da austeridade; crise pandémica; e, por fim, a Guerra na Ucrânia) traz consigo pavorosas consequências para o povo português e para o povo da nossa cidade. Cumprir Abril, minhas senhoras e meus senhores, é proteger a vida do nosso povo dessas consequências. Cumprir Abril é assegurar que ninguém deixa a sua cidade por não ter como pagar a renda da casa ou a prestação do banco. Em Espinho, as políticas públicas municipais foram frequentemente subordinadas à necessidade de priorizar a manutenção do dinamismo do sector imobiliário, em harmonia celestial com os interesses de uma elite caduca. O turismo e o alojamento local, esse novo volfrâmio, tomou conta do centro da cidade. E não falta gente que foi posta a andar, vítima de despejos, de assédio imobiliário ou enganada com novos contratos. E se o poder político desta cidade não se impôs, nem se impõe, à burguesia que tudo pode e que segregou tantos dos que aqui viviam, tivemos de esperar por uma autoridade do Estado ao retardador, como são os tribunais, para que fosse declarada a ilicitude de alojamento local em prédios de habitação, como advém da recente e corajosa decisão do Supremo Tribunal de Justiça. Cumprir Abril é proteger quem aqui trabalha da exploração que grassa, da perda continuada de poder de compra, da insegurança dos vínculos e dos contratos de trabalho. "Foi então que Abril abriu/as portas da claridade/e a nossa gente invadiu/a sua própria cidade", cantou-nos Ary dos Santos. Pois tanta claridade falta à vida da gente da nossa cidade. Cumprir



Abril, minhas senhoras e meus senhores, é dismantelar os poderes fácticos que aqui actuam. É tocar onde dói. É denunciar a estranhíssima influência do Grupo Violas e do Grupo Fortera nas decisões políticas do Município. É impedir que um só homem se furte às regras impostas ao cidadão comum e use paraísos fiscais para esconder a sua fortuna. É inabilitar esse homem intocável, que foge aos impostos e se alheia da justa contribuição à comunidade que lhe proporcionou riqueza e abundância. É não permitir que, chova ou faça sol, quem manda é quem ganha. Cumprir Abril é o reforço da escola pública, a escola que Abril abriu. Não é a escola que recorre a empresas privadas, ao outsourcing, para confeccionar as refeições dos alunos. Falamos de pessoas, mulheres na sua maioria, com anos de trabalho, que não saem do salário mínimo nacional e que, sempre que há uma pausa lectiva, ficam sem contrato de trabalho e têm de ir para o desemprego. Não é possível condenarmos as pessoas, de quem dependemos todos os dias para este país funcionar, a contratos precários ano após ano e mesmo década após a década. Robustecer a escola pública é determinante para o progresso civilizacional, pois nela encontramos o antídoto para as várias pandemias que nos assolam: do negacionismo, da ignorância, do racismo e da xenofobia. Cumprir Abril é reforçar o Serviço Nacional de Saúde; não é, não pode ser apenas a vaidade frívola da flor na lapela. Cumprir Abril é não cair no engodo liberal, que garante as rendas aos privados à custa do povo que trabalha. É manter na esfera pública a saúde de que precisamos e que nos salvou da pandemia. É, sem artifícios e sem mais delongas, reabrir a extensão de saúde da Marinha, em Silvalde; e pública, porque é nossa!; é reabrir o serviço de urgência do hospital e ampliar a oferta e a qualidade dos serviços públicos de saúde, em Espinho. Cumprir Abril é demonstrar, ao fio e ao passo da circunstância da experiência política, que a pobreza não se elimina com caridade, mas com a criação de condições compatíveis com o desenvolvimento pessoal. Aproveito a ocasião que aqui nos traz, o ensejo parece-me magnífico, para defender, pelo Bloco de Esquerda, o Estado Social, políticas sociais emancipatórias e transformadoras, numa lógica de direitos. É essa lógica, aliás, que informa e enforma a matriz constitucional da República em que vivemos: uma lógica de direitos tendencialmente pública. Abril não é caridade nem é uma lógica de seguros privados, destinados a cobrir um conjunto de riscos sociais, desde a doença ao desemprego involuntário, às circunstâncias mais diversas e penosas da vida, ou à condição de partida de cada uma e de cada um. Não é, não pode ser, a medida do fracasso, a resposta contraída e diminuta das políticas sociais. Não pode falhar o Estado, o poder local, logo quando as pessoas mais precisam dele. Racionalizar a despesa pública não é o mesmo que racionar. Sem dogmas, corte-se no

amiguismo com o sector financeiro; corte-se no privilégio para o qual nunca nenhum princípio se aplica; corte-se na megalomania de quem se julga acima da lei. Não se corte nunca no apoio solidário da sociedade; reforcem-se os elevadores sociais, não se os substituam por escadas de incêndio. Não queremos uma cidade em que sofre o pobre que não conhece um médico, um advogado, um funcionário, um director de uma escola ou de um lar sem vagas. Queremos uma cidade justa, sem segregações, com políticas sociais fortes e protectoras. Não queremos, em Espinho, este capitalismo feroz de pequena escala, com o cheiro a naftalina, do bafo bafiento dos sinistros tempos. Não queremos que a gente concreta deste lugar concreto não tenha controlo sobre o seu destino e a sua vida, pois essa é a negação da liberdade, fazendo de cada um e de cada uma escravo da sua sobrevivência. Cumprir a Revolução é não continuar o poder político a escolher o caminho da acentuação das desigualdades e de uma cidade pensada para as elites. Quanto à mobilidade, essa palavra que é conforto de alma de vários programas políticos, por cá, não saiu do papel. E se a palavra é fútil, dêmos-lhe densidade: não há oferta de transportes públicos fiáveis e frequentes. Vai-se das fantasias da alta velocidade ao grande vagar, deixando sempre para trás o povo que luta para ganhar o pão de cada dia. Cumprir Abril não é, não pode ser, este caleidoscópio de iniquidades; a diferença de tratamento; o fosso que se cava entre quem tudo tem e tudo pode e quem tem pouco e vive mal. As disparidades já existentes foram amplificadas nestes tempos tumultuosos de pandemia, intensificando ainda mais as fragilidades do modelo capitalista. O PRR, a “bazuca”, esse conceito dotado da espessura da ignorância, prepara-se para passar ao lado das populações e beneficiar os mesmos de sempre com a “chuva de milhões”. Engordando os clientes habituais, que suspiram pelos manás de leite e mel, entre a falta de vontade e a burocracia, a gaveta do poder vai sempre devorando as promessas de uma vida melhor. Em Espinho, o Bloco de Esquerda responderá com Abril, sem as sombras de uma qualquer dúvida, aos que já não aguentam a incerteza do amanhã, aos que não aceitam que o futuro seja resultado de circunstâncias do acaso, aos que lutam contra a impossibilidade de o poderem projectar. Abril é, também, cumprir os sinais genéticos da democracia, com uma imprensa local livre e sem amarras, que seja testemunha do seu tempo, que escrutine os poderes, que noticie e medeie a nossa realidade. Sem simplificações do que são escolhas políticas e não inevitabilidades; sem glorificações nem deslumbramentos fúteis. Seguindo critérios editoriais rigorosos e não indo ao arrepio dos apetites de um qualquer morgado. Jorge Sampaio, o sorriso ágil de pássaro que tudo observava com discrição, um homem do 25 de Abril, e que agora nos falta, que abalou profundamente o regime de Salazar,



liderando a crise estudantil de 1962, disse-nos que “a melhor maneira de celebrarmos um grande acontecimento em que nos reconhecemos e revemos é sermos dignos dos sonhos e da esperança que ele transportou em si”. De nada serve recordar Sampaio se isso não tiver um significado político para o que queremos e o que não queremos. Cumprir Abril, minhas senhoras e meus senhores, é servir o povo; não é servimo-nos dele. Invoca-se e convoca-se a memória. Ela é estridente. Ouçam, é o que se pede a todas as cores da democracia. 25 de Abril Sempre! Fascismo nunca mais!”

**Ana Rezende (CDU):** “Bom dia a todos,

Hoje comemoramos os 49 anos da Revolução do 25 de Abril. Celebramos esse acontecimento maior da nossa História, que pôs fim a 48 longos e duros anos de fascismo, de miséria, analfabetismo, prisões, torturas, morte, colonialismo e guerra. Um regime fascista a quem o imperialismo internacional sempre deu a mão, o que decorre, entre outras, da circunstância de Portugal ser membro fundador da NATO. Foram 48 anos de aprofundamento das desigualdades, de concentração e acumulação de riqueza, em particular nas mãos de 7 grandes grupos económicos. Uma ditadura terrorista dos monopólios e latifúndios, associada ao imperialismo estrangeiro. Hoje é fundamental saber e dar a conhecer o que foi o fascismo, numa altura em que não falta quem o tente negar e branquear, reescrevendo de forma inverídica e falsa a História. Abril foi e é Revolução e não uma qualquer evolução ou transição, como alguns querem fazer crer. Abril foi um levantamento militar seguido de um levantamento popular, num processo que revolucionou as estruturas sociais e económicas do país. Um processo colectivo, onde a classe operária, os trabalhadores, as massas populares e os militares progressistas, unidos na aliança Povo-MFA, tomaram nas mãos a concretização de profundas transformações económicas, sociais, políticas e culturais. O 25 de Abril consagrou liberdades, direitos fundamentais concretos na vida do povo. Desde o direito à livre expressão e opinião, passando pelo direito de manifestação e de criação de partidos políticos, até aos vastos direitos sociais e laborais, como a livre organização sindical e o direito à greve. A elevação dos salários e a conquista do Salário Mínimo Nacional, o aumento e alargamento das pensões de reforma e invalidez, a proibição dos despedimentos sem justa causa, o alargamento do tempo de férias e o direito a férias pagas. Abril garantiu a ruptura e alterou a estrutura económica e social. Através das nacionalizações e o fim do poder dos monopólios, Abril concretizou a Reforma Agrária, e permitiu pôr a produzir centenas de milhares de hectares de terras incultas e ao abandono. Abril é o acesso à saúde e a criação do Serviço Nacional de Saúde geral e

gratuito, é o alargamento e a melhoria da Segurança Social, o direito ao ensino e à educação e ao Poder Local Democrático. Abril consagrou na lei a igualdade entre homens e mulheres, mas também o avanço nas suas condições de vida e de trabalho, no domínio dos salários, do tempo de trabalho, de licença no período de maternidade. Foi com a Revolução que se criaram milhares de postos de trabalho, que se desenvolveram actividades culturais e que diminuiu a emigração. Foi a Revolução de Abril que pôs fim à guerra colonial, reconhecendo-se o direito à autodeterminação e independência dos povos das ex-colónias. O 25 de Abril foi para todos, mas não é de todos. O 25 de Abril não é certamente daqueles que nunca o quiseram, não é daqueles que o atacaram e atacam, daqueles que se empenharam e empenham para que Abril não se cumpra. Abril não é dos que limpam a imagem do fascismo. O 25 de Abril é do Povo, dos militares progressistas e dos democratas que impulsionaram todos os avanços e conquistas, a pulso, nas ruas e nas empresas. Não houve transformação, avanço e progresso, do mais simples ao mais profundo, que não tenha contado com esta poderosa e invencível iniciativa das massas populares. O 25 de Abril é dos seus construtores e tal é a sua força e a da validade do seu projecto, a profundidade das suas conquistas, que décadas de contra-revolução e de política de direita ainda não conseguiram, nem vão conseguir destruir. Muito há ainda a fazer para alcançar e construir Abril, que tantas vezes tem sido interrompido pelas políticas de direita levadas a cabo por sucessivos Governos, do PS ao PSD, com ou sem CDS. Políticas de direita que atacam e mutilam a Constituição, num processo de anos e que agora volta a acontecer, com o PS a dar a mão a projectos reaccionários, abrindo a porta a novos projectos de revisão constitucional, com velhas ideias. A Constituição não precisa de revisão, precisa sim é de concretização todos os dias, isso sim é cumprir Abril. Essa política de direita que ataca tudo o que é público e que tudo privatiza, ressuscitando os privilégios do capital monopolista, à custa de colossais recursos públicos, do aumento da exploração dos trabalhadores e do nosso povo. Ora o que Abril consagrou foi a ruptura com esta realidade e é isto que está por cumprir. Hoje, vítimas destas sucessivas políticas ruins, temos: - 2 Milhões de pessoas a viver abaixo do limiar da pobreza, isto é com menos de 554,00€ por mês; - 300.000 Pessoas com mais de 10 anos que não sabem ler, nem escrever - 3,1% de analfabetos - a taxa mais elevada de toda a Europa; - e, novamente 7 famílias com uma riqueza acima dos mil milhões de euros, ou seja, 1% da população nacional controla um quinto da nossa riqueza - sim 20% do nosso PIB; É esta mesma política de direita que continua apostada na promoção da guerra e que põe em causa a paz, num caminho ao serviço das estratégias, vontades e planos dos EUA, da NATO e da UE.



Ora, Abril trouxe exactamente o fim da guerra, Abril trouxe a Paz e consagrou que é pela paz que o País deve sempre caminhar. Essa política de direita que ao serviço dos grupos económicos lhes dá 20 milhões de euros de lucro por dia em 2022, ao mesmo tempo que a população vê o final do mês cada vez mais longe, que compra cada vez menos comida, mas paga cada vez mais, que soma cada vez maiores dificuldades para suportar os custos com a habitação. Isto não é Abril. Abril é a justa distribuição da riqueza. Uma política de direita que desinveste e que estrangula os serviços públicos. Situação apenas suportada pela valorosa dedicação à causa pública dos seus profissionais, no Serviço Nacional de Saúde, na Escola Pública, na Segurança Social e em tantos outros serviços. Ora Abril é o contrário deste desinvestimento. Assim como é contrário da política dos baixos salários com 70% dos trabalhadores, cerca de 3 milhões, a ganharem menos de 1000 euros brutos, de precariedade e baixas pensões e reformas. Abril é melhoria das condições de vida, Abril é viver com dignidade. Não a política de direita, a política da alternância, da dança das cadeiras, fingindo diferenças e iludindo o que no essencial é igual. Pois, no que é estratégico, ao serviço do grande capital, PS, PSD, CDS, Chega e IL partilham das mesmas visões, quanto muito, diferem na velocidade. Uma política injusta e profundamente contestada, numa luta constante e de grande dimensão, que obrigou o Governo a tomar medidas. Medidas que antes o Governo afirmava como impossíveis e que agora, tardiamente, as anuncia, mas muito insuficientes e muito aquém das necessidades e da realidade. É assim com as pensões, lembramo-nos que o Governo afirmava há uns meses que aumentos seriam o fim da Segurança Social, mas agora aí estão os aumentos. Atrasados e insuficientes, mas foi a luta que obrigou a que se tornassem realidade. Será a luta que obrigará a que o Governo responda com o que é necessário, aumento intercalar e imediato das pensões em 9,1%, com o mínimo de 60 euros e com retroactividade a Janeiro. É assim com os salários, lembramo-nos que o Governo afirmava que aumentos salariais iriam contribuir para a espiral inflacionista, mas agora aí está a ser obrigado a reconhecer, pela força da realidade e da luta, essa necessidade. Contudo não será com 1% de aumento que se compensa e o aumento do custo de vida. O que se impõe são aumentos reais e para todos os salários. Isto quando sabemos que os CEO já ganham 36 vezes mais do que os trabalhadores, chegando o dono da Jerónimo Martins a ganhar 186 vezes o salário médio bruto dos trabalhadores dessa empresa. É assim também com a habitação, com medidas que, para lá da propaganda e das intenções, mais não são que protecções aos lucros e à especulação. O "Mais Habitação" passou rapidamente ao Mais Transferências, mais benefícios fiscais, mais transferência de dinheiro público para sustentar e alimentar

a banca e os fundos imobiliários. A solução para o problema do acesso à habitação não passa por dar mais apoios aos responsáveis pela situação a que chegámos. A solução passa, isso sim, por pôr a pagar esses mesmos responsáveis, pôr a banca e os fundos imobiliários a pagar e pôr o Estado a cumprir o papel que só o Estado pode cumprir. Não foi a pandemia e agora a guerra que justificam a inflação e o galopante aumento dos preços nos bens alimentares. Estes dois eventos apenas puseram a nu as fragilidades estruturais do país que anos, de política de direita provocou. E não são as tardias e insuficientes medidas que o Governo tomou que resolvem e enfrentam o preço dos alimentos que continuam com aumentos, em média, na ordem dos 20%. Preços que vão continuar a aumentar, e que aumentaram comprovadamente desde que foi anunciada a medida do IVA 0. Esta medida sem a intervenção nos preços com o seu controlo e redução, de pouco ou nada vale, como se está a demonstrar. Sem atacar a especulação, o IVA 0 é um 0 em resultados para quem trabalha. Os preços continuam a aumentar e as pessoas a verem as suas vidas cada vez mais difíceis. Uma política que não dá resposta aos problemas com que estamos confrontados, é uma política contrária ao projecto de Abril. Porque cumprir Abril é: - Aprofundar as relações de igualdade, amizade e solidariedade com todos os povos, contribuindo para as soluções de paz e não para a guerra; - Garantir a soberania e o controlo público de sectores estratégicos que satisfaçam as necessidades da população e contribuam para um verdadeiro desenvolvimento do País; - Cumprir os direitos, garantir habitação, cuidados de saúde, educação, mobilidade, acesso a bens essenciais; - Valorizar os profissionais do Serviço Nacional de Saúde, da Escola Pública e de todos os sectores e serviços, que contribuem de forma absolutamente decisiva e insubstituível para a causa pública; - E é, no imediato, garantir um aumento de todos os salários e pensões, aumentos reais, que se façam sentir no poder de compra das pessoas e não aumentos que de tão insuficientes não dão resposta ao aumento do custo de vida a que assistimos. Cumprir Abril é executar uma política ao serviço dos interesses nacionais e que coloque no centro da sua acção os trabalhadores e o povo. Uma política de e com Abril, é isso que faz falta, é isso que é do interesse dos trabalhadores, do povo e de amplas e diversas camadas e sectores da população. E é com Abril que se combate o avanço da extrema direita e das forças fascizantes. O País tem potencialidades, é preciso aproveitá-las e pôr os seus recursos ao serviço do povo, não abdicando das capacidades e potencialidades de um único sector estratégico ou de um único serviço público. A TAP aí está a demonstrar que afinal os problemas e trapalhadas que se acumularam são mesmo da gestão privada. É típico e a realidade está aí para o comprovar, não é o Estado que é mau gestor por



natureza, a verdadeira questão é a natureza dos interesses que movem quem comanda o Estado e os destinos do País. É comum vermos empresas públicas serem geridas ao desbarato para depois dizer-se que são inviáveis e serem vendidas a preço de saldo aos privados, facilitando a sua privatização. Quem paga são os mesmos de sempre, os que produzem a riqueza que enche os bolsos de administradores e accionistas e que só recebe migalhas. Sim, são os trabalhadores que pagam os preços descontrolados, quem suporta esses aumentos. São os trabalhadores, muitos sem contrato ou indefinidamente com contratos temporários, mesmo cumprindo funções permanentes, que produzem a riqueza. Pagamos todos e não é pouco. E o maior custo é aquilo de que o Estado abdica, de ferramentas, de meios, de capacidades para intervir e poder responder às necessidades que se colocam ao País e à população. Comemorar Abril é comemorar a nossa soberania, sim soberania económica e financeira que não se compadece com o dito " Programa de Estabilidade" que mais não é que maior instabilidade no destino do País. Um programa decretado por Bruxelas, submetido às imposições da União Europeia, que impõe limitações aos salários, às pensões, ao investimento público e aos serviços públicos, em nome da falsa ideia de redução de dívida e do défice, para sacrificar o País aos interesses dos grupos económicos. O País de Abril é um País que decide soberanamente o seu caminho, que procura soluções para os seus problemas. Da parte da CDU podem contar com o mais firme compromisso de levar por diante este desígnio. Estamos, como sempre estivemos, prontos a assumir as nossas responsabilidades, quando o povo assim o entender. Fazemos das comemorações populares do 25 de Abril grandes momentos de afirmação dos seus valores, do seu projecto e acima de tudo da sua actualidade. Comemorações que a direita não se cansa de atacar e tentar condicionar. Este ano não é excepção. Pois só torna ainda mais claro o que já era evidente: que lidam mal com a democracia, lidam mal com um País soberano e com voz própria, lidam mal com quem defende a causa da paz e sim, lidam mal com o 25 de Abril. Essa é a questão central. Comemorar a Revolução é mostrar e afirmar que os valores e o projecto de Abril estão vivos, bem vivos e darão todas as respostas que forem necessárias para o presente e o futuro do nosso País. A CDU tem a firme convicção que o generoso e avançado projecto de Abril e os seus valores e conquistas se afirmam como uma necessidade objectiva na concretização de um Portugal fraterno, de progresso e verdadeiramente socialista! VIVA o 25 de ABRIL!"

**Paulo Leite (PSD):** “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Exmos. Senhores Senhoras Vogais desta Assembleia Municipal, Digníssimos convidados e todos os Espinhenses

Celebra-se, hoje, o evento mais marcante para a nossa democracia. Em 25 de Abril de 1974, libertámo-nos da mais longa ditadura da Europa durante o século XX. Foram 17 499 dias de privação de liberdade, resultantes de uma ditadura que a todos parecia eterna. Ao dia de hoje, tendo ultrapassado os 17 500 dias, celebrados em 23 de março de 2022, podemos afirmar que vivemos mais tempo de liberdade do que o vivido em ditadura. O caminho de implantação de uma democracia adulta e desenvolvida continua em curso. A liberdade conquistada em 25 de Abril de 1974, mas consolidada em 25 de novembro de 1975 com o fim do PREC, levando a um processo de estabilização da democracia em Portugal, tem de continuar a ser cultivada. Esta estabilização, permitiu o caminho da democracia que conhecemos até hoje no nosso País. No entanto, a liberdade e a democracia são sempre obras inacabadas e sujeitas a ameaças. É, por isso, necessário construí-las e melhorá-las todos os dias. É com a liberdade que a democracia se renova, que as políticas se corrigem, que a economia e a sociedade se desenvolvem e que a paz todos os dias se cultiva. É inegável o notável desenvolvimento da qualidade de vida que ao longo destes 48 anos de liberdade e democracia o País alcançou. É inegável, também, que os sucessivos governos que têm vindo a dirigir o nosso País ao longo destes anos, têm procurado fazer o melhor que podem e sabem pelo País. Mas muito mais e melhor poderia e deveria ter sido feito. As fórmulas de governação assentes em propaganda e facilitismo, têm impedido um avanço mais rápido e seguro do desenvolvimento económico da nossa sociedade. Nem sempre a informação que é prestada aos cidadãos é tão transparente e fiável quanto deveria ser. Os índices comparativos com a maior parte dos países europeus não nos beneficiam e deveriam, há muito, ser parte das preocupações de todos. É preciso coragem política para assumir modelos de governação responsáveis e de garantia de melhor qualidade de vida para a geração actual e gerações futuras, que começam a ver o seu horizonte comprometido pelas políticas de hoje. Esta coragem política foi uma realidade a que assistimos nos anos de 1985 a 1995 e trouxe, não nos esqueçamos, o maior desenvolvimento a que o País assistiu no pós 25 de Abril. De tal forma que Portugal chegou a ser apelidado de “melhor aluno da Europa”, tendo servido de modelo a países como, por exemplo, a Irlanda, de quem hoje reconhecemos como exemplar o seu estado de desenvolvimento económico. Ao nível local, nos mandatos mais recentes, conhecemos igual período de



desenvolvimento no nosso concelho, ao mesmo tempo que os erros do passado foram corrigidos. Tivemos, nestes últimos anos, uma actividade de gestão da coisa pública local responsável, pensando no futuro e tornando a actividade da Câmara Municipal sustentável para muitos e longos anos. Hoje, dia em que participamos da primeira celebração do 25 de Abril após a mudança de executivo desta Câmara e Assembleia, em resultado das últimas eleições autárquicas, pode verificar-se que deixámos uma Câmara com contas certas, dividas reduzidas, liquidez adequada ao seu funcionamento, prazos de pagamento a fornecedores dos mais curtos no País e aproveitamento dos financiamentos obtidos num rácio de quatro euros investidos por cada euro de empréstimo. Seguimos o princípio de que a gestão de dinheiros públicos, como recursos escassos que são sempre, devem ser geridos com modelos de gestão responsáveis e bem planeados, em resultado de estratégias de desenvolvimento assentes na sustentabilidade das instituições. É, naturalmente, nosso desejo, no seguimento do respeito pela decisão dos eleitores, que este município e este País sejam bem governados, na prossecução daquele que é o objectivo de todos os cidadãos; -Construir um País cada vez melhor, em que a liberdade de cada um seja respeitada, e em que as instituições democráticas sejam capazes de comportamentos dignos destes valores. O papel das oposições, em democracia, é da maior importância. A oposição responsável será sempre um dos factores de maior sucesso na democracia, porque podem apontar caminhos alternativos e permitir, sempre, as melhores decisões em benefício dos cidadãos. Será, portanto, adequado lembrar e trazer sempre à memória, o papel fundamental do movimento das forças armadas em Portugal que permitiram a liberdade, a democracia e a paz que hoje temos. Os capitães de Abril criaram, com a revolução que levaram a cabo, todas as condições para a implementação do regime democrático que hoje conhecemos. Terminaram com o sofrimento do nosso povo e daqueles que, nas ex colónias, derramaram o seu sangue em defesa da pátria amada, numa guerra sem sentido em que as maiores vítimas eram os jovens e as famílias que viam os seus filhos partir sem saber se voltariam. Deram-nos uma perspectiva de futuro que nos conduziria ao desenvolvimento que hoje conhecemos. Esta é, também, a data em que temos que lembrar todos aqueles que se sacrificaram pela pátria, prestando-lhes a mais justa homenagem pelos serviços prestados. Aos nossos ex-combatentes tem de caber, aqui, a mais justa e sentida homenagem. Devemos estar todos, hoje, agradecidos e eternamente reconhecidos pelo seu patriotismo e espírito de sacrifício, reconhecendo-lhes o direito verem os seus relevantes serviços devidamente valorizados. Vivemos, nos dias de hoje, uma situação trágica na Ucrânia onde, também,

podemos assistir a uma guerra sem sentido em que, mais uma vez, vemos jovens e populações serem sacrificados. Na violação de todas as mais elementares regras de liberdade e democracia, vemos um País livre e independente ser invadido de forma absolutamente inaceitável e injustificável por parte da Rússia, comandada por um autocrata que impõe um regime ditatorial no seu País. Não há justificação possível para tal atitude, e muito menos para a prática de crimes hediondos sobre populações indefesas que, heroicamente, resistem, lutando, também eles, hoje, pela liberdade, pagando essa defesa com o seu próprio sangue. Aos Ucrrianos, que tanto lutam e sofrem neste momento, temos de prestar a nossa solidariedade sob a forma de palavras e acções concretas. É necessário continuar a reprovar e punir severamente o agressor. É necessário continuarmos a pugnar, todos os dias, pela nossa liberdade e pela nossa democracia, em solidariedade para com aqueles que agora lutam, pagando com o seu sangue. Somos um povo que, tendo também sofrido com a guerra, sabe reconhecer o direito à liberdade daqueles que, hoje, estão a ser barbaramente agredidos. O 25 de Abril, terá de continuar a ser sempre lembrado e transmitido às novas gerações, para que o seu tão importante significado permaneça na nossa memória colectiva. Viva o 25 de Abril Viva Espinho Viva Portugal.”

Teixeira Lopes (PS): Sra. Presidente da Câmara Municipal, Sr. Presidente em exercício da Assembleia Municipal de Espinho, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Vogais, Srs. Presidentes de Junta de Freguesia, Minhas senhoras e meus senhores,

“Henri Marrou, A História é a ciência dos Homens no Tempo!. A Revolução do 25 de Abril. Até Abril de 1974, Portugal foi um país adiado. Pobreza, salários de miséria, envelhecimento desprotegido sem qualquer existência de reformas ou de reformas muito baixas. Analfabetismo endémico, taxa de frequência escolar muito baixa no ensino básico, preparatório, secundário e universitário, existindo apenas 3 universidades, Lisboa, Coimbra e Porto. Falta de assistência médica generalizada em todo o país! Assistência social de cariz privado e religioso. O número de pobres não era estimado, era uma condição social natural. Enfim um país de pobres, idosos, iletrados e analfabetos e sem futuro. O desenvolvimento económico, industrial comercial estava situado em torno de cidades como Lisboa, Porto, Setúbal, Aveiro, Coimbra, Braga, Viseu e Espinho! Vias de comunicação com apenas duas pequeníssimas autoestradas: Lisboa – Vila Franca de Xira e Carvalhos – Porto. Estradas estreitas e com mau piso. Um caminho de Ferro envelhecido e lento, sendo a ligação mais rápida feita pelo rápido e



pelo foguete entre Porto e Lisboa. A emigração para as colónias, Angola e Moçambique, Brasil e Venezuela foi a solução encontrada para escapar à miséria e aos baixos salários. A cultura estava reservada às classes sociais mais esclarecidas e com salários que podiam suportar a compra de um jornal diário, ouvir radio, televisão em casa, uma ida ao cinema ou ao teatro ou a compra de um livro. A ida ao restaurante era excepcional. Treze grandes grupos económicos ligados a treze famílias dominavam a economia nacional sob o ponto de vista político, Portugal era um estado ditatorial de partido único - União Nacional e depois Acção Nacional Popular - onde as liberdades fundamentais eram proibidas e inexistentes. Censura à cultura, jornais, revistas, cinema, teatro, literatura, controlo da opinião publica desde a escola primaria até ao ensino secundário através da Mocidade Portuguesa feminina e masculina. Uma milícia ao serviço do poder - Legião Portuguesa - armada para defender esse mesmo regime e uma polícia política - PIDE DGS -, tribunais plenários onde eram julgados e condenados os presos, cujo único crime era o de lutarem pela Democracia. Prisões como o Aljube, Caxias, Peniche, António Maria Cardoso, Porto ficaram para a eternidade como lugares de tortura e sem culpa formada dos que aí iam parar e cujo único crime era o de desejarem uma sociedade mais justa, fraterna e sobretudo livre e democrática. A guerra colonial iniciada em fevereiro/março de 1961 e que durou 13 anos e vitimou mais de 13 mil jovens mortos em combate, em plena juventude por terem sido mobilizados para combater. E de milhares de outros jovens feridos em combate e ou em acidentes de viaturas ficaram estropiados, queimados e incapazes, com doenças do foro psicológico e mental. Esta foi a felicidade que Salazar, Marcelo Caetano e os seus apoiantes da União Nacional e da Acção Nacional Popular e o seu regime impuseram aos portugueses durante 48 anos - de 1926 a 1974. A revolução de 25 de Abril de 1974 coroou a luta de milhares de presos políticos, torturados e assassinados pelo regime fascista derrubado em 25 de Abril. A guerra colonial e a sua dureza, não podia ser vencida pelas forças armadas portuguesas e, por isso, consciencializou os militares do quadro permanente para lhe pôr fim. O contexto com universitários compelidos, como punição, depois de participarem nas lutas académicas de Coimbra de 17 de abril de 1969, a servirem no exército, teve, com certeza, as suas consequências. De resto, isso aconteceu porque cada vez maior a aquisição da consciência política e da irracionalidade da guerra colonial foi também factor de aceleração para que os militares patriotas planeassem, organizassem e pusessem em prática a revolução de Abril e os seus objetivos Democratizar, Desenvolver, Democratizar. Simultaneamente a sociedade civil também adquiriu a consciência política de pôr fim á ditadura, para obter a paz e melhorar as condições de

vida material dos cidadãos portugueses e por isso apoiou entusiasticamente o MFA. A verba colossal que era gasta na guerra colonial repercutiu-se no orçamento de Estado e por isso no aumento de imposto, na falta de investimento no ensino, na segurança social, na saúde, na cultura, etc. Foi neste “caldo político” que o MFA alimentou o seu conhecimento político, social e cultural e pôs em prática o “Dia Glorioso do dia 25 de Abril”. A fundação da Intersindical, em 1 de outubro de 1970, a organização dos seus sindicatos e as lutas desenvolvidas, nomeadamente dos bancários, dos professores em torno da sua organização ilegal “Grupo de Estudos do Pessoal Docente do Ensino Preparatório e Secundário”, e essa tarde do dia 17 de abril de 1969, em Coimbra, tendo como personagem central Alberto Martins que iniciou a luta académica na universidade de Coimbra e a greve a exames, as ações da ARA, onde um cidadão de Espinho, Ângelo Sousa, teve um papel preponderante na sabotagem dos helicópteros e aviões em Tancos, provocando prejuízos militares, a que se devem juntar as greves em setores operários importantes como a dos metalúrgicos, ajudaram a compreender o clima político social que se vivia em Portugal. A fundação do PS em 1973, que comemorou o 50º aniversário no domingo passado, no Porto, e a figura emblemática de Mário Soares, entre outras, do PCP e de Álvaro Cunhal, com lugares marcados na história política de Portugal. Em Espinho, convém recordar a Comissão administrativa que geriu a Câmara Municipal até às primeiras eleições para as autarquia, onde sobressai a figura e a personalidade de Artur Bártolo. É de referir que essa Comissão Administrativa eleita em plenário de democratas foi constituída pelo Dr. Pinto de Matos, Artur Bártolo, Tomás Sousa, António Gaio, Arquiteto Reinaldo Costa, Veiga Ribeiro e Dr. Lito Gomes de Almeida. Entre as obras mais importantes, saliento a passagem aérea que ligou o Rio Largo à Avenida 8, a abertura das Ruas 20 e 19 que ligou Espinho à 109 e à autoestrada a norte, iluminação público, saneamento e abastecimento de água nas freguesias. É uma pequena homenagem, mas justa e que mostra a importância da Democracia e da Comissão Administrativa. Em 25 de abril de 1975, realizaram-se as primeiras eleições livres e democráticas depois do 25 de abril para eleger a Assembleia Constituinte. Venceu o PS com 37,87% de votos e 116 lugares seguindo-se o PPD com 26,39% e 81 lugares, o PCP com 12,46% e 30 lugares e o CDS com 7,61% e 16 lugares. Em 2 de junho, a Assembleia Constituinte abriu solenemente as suas portas. Em 1976, no dia 2 de abril foi aprovada a nova Constituição, em que o CDS votou contra. Em 25 de abril, começou a vigorar a nova Constituição e realizaram-se as primeiras eleições legislativas. O PS foi o partido mais votado, com 34,8% dos votos e 107 deputados, seguindo-se o PPD com 24,35% dos votos e 73 deputados, o CDS com 15,8% e 42 lugares e o PCP



com 14,39% e 40 lugares. Em 27 de junho realizaram-se as primeiras eleições presidenciais livres em Portugal, nas quais foi eleito Ramalho Eanes com 61,5% de votos. Em 23 de julho, foi a tomada de posse do Primeiro Governo Constitucional, sendo Primeiro-Ministro, Mário Soares. Em 22 de setembro, Portugal é admitido no Conselho da Europa. Em 12 de dezembro, realizaram-se as primeiras eleições autárquicas, o PS foi o partido mais votado com 33,24% dos votos e 691 mandatos para as Câmaras Municipais, seguido do PSD com 24,27% e 623 mandatos, da FEPU com 17,69% e 272 mandatos e do CDS com 16,61% e 317 mandatos. Em 28 de março de 1977, Portugal entregou o seu pedido formal de adesão à CEE. O edifício constitucional e democrático estava concluído. Viva o 25 de Abril Sempre”.

Presidente da Mesa em substituição: “Hoje, em que celebramos mais um aniversário do Dia da Liberdade e Democracia, importa lembrar que foi o 25 de Abril que nos deu o Poder Local Democrático. A 12 de dezembro de 1976 foram realizadas as primeiras eleições para eleger os órgãos locais depois da Revolução dos Cravos. Foram eleitos 304 presidentes de câmara municipais, 5.135 deputados municipais e cerca de 26 mil deputados para as assembleias de freguesia. Para além da história atribulada dos municípios nos tempos da monarquia absoluta e nos tempos do liberalismo, também a ideologia republicana portuguesa, apesar do seu credo descentralizador, tanto nas versões da 1ª República como do Estado Novo, ficou muito além daquilo que se esperava. Muito mais grave no caso do regime salazarista, regime que tentou impor o Estado como o centro da sociedade, liquidando o longo passado subsidiarista dos municípios. Somente com a revolução democrática de 25 de Abril de 1974, o país passou a dispor de condições para concretizar mudanças significativas na afirmação deste escalão da administração pública territorial. Por isso, hoje pretendo olhar para o futuro e convosco partilhar algumas reflexões sobre o papel dos Municípios na preservação das conquistas democráticas de Abril. A nossa CRP fala de subsidiaridade, ou seja, da ideia de que as entidades locais constituem o nível de intervenção mais adequado para a solução dos principais problemas, estimulando o bom governo e a inovação. De facto, os governos locais conhecem melhor as necessidades da sua comunidade, favorecendo a participação política, são mais recetivos e responsáveis, além de mais eficientes na distribuição dos serviços. Subjacente a este princípio está a ideia de que o Estado não se deve substituir às pessoas, às famílias e a todos os corpos intermédios. Um Estado subsidiário é aquele que partilha a soberania e as competências com as diferentes componentes da sociedade. Numa sociedade recentemente democratizada como a

portuguesa, impõe-se uma reflexão sobre novas formas e estilos de participação. Nas democracias ocidentais, tem-se vindo a verificar que a participação (política) tem sido seletiva: não só o número de cidadãos que participam politicamente é limitado, como há ainda grupos que participam menos do que outros. Conseguimos construir uma Democracia Representativa, mas ainda estamos longe de ter uma Democracia Participativa. Neste aspeto as Assembleias Municipais, enquanto Casas da Democracia Local, plurais, multipartidárias e abertas à participação dos cidadãos, têm um papel determinante nesta aproximação dos munícipes aos órgãos e do poder local. Por isso, a nova Administração Local requer estratégias que permitam a participação das partes que são afetadas ou envolvidas na solução, procurando através da participação a integração da informação que está disponível nessa solução. A liderança, num contexto de governação participada, terá de ser entendida como uma atuação coletiva que inclui o envolvimento da sociedade. Em muitas áreas de intervenção da Administração Local, o tipo de relacionamento que se estabelece favorece a participação dos cidadãos, a responsabilização e a criação de parcerias para a resolução dos problemas. Toda a compreensão dos territórios, perspectivados numa dimensão local, passa pela sua construção como espaço de concertação, de negociação, de projetos, de interações com territórios envolventes, fronteiriços incluídos. O território é, assim, tornado "território projeto" (conceito do investigador Daniel Francisco<sup>1</sup>) pela cooperação dos atores que nele decidem fazer algo, restabelecendo assim a essência do político: construir algo em comum. Mas sob a aparência de igualdade entre partes iguais, a verdade é que há regiões e municípios cuja fragilidade negocial é notória, fazendo com que, apesar das esperanças nelas depositadas, o Estado continue a comandar as prioridades e os referenciais locais. Daí que o otimismo em torno das noções de "contratualização", "governância" ou "políticas participativas" é muitas vezes desmentido na prática. Infelizmente, são ainda muito frequentes os casos em que categorias de dirigentes (eleitos e técnicos sempre prontos a reiterar o pendor democrático das novas parcerias e articulações) se associam mais facilmente às elites administrativas, económicas e profissionais do que à defesa e proteção dos interesses das populações. A atual Lei Eleitoral das Autarquias Locais, veio demonstrar que o sistema português sofreu acentuadas mudanças ao nível político-administrativo. De facto, com a entrada em vigor desta lei, o país afastou-se de um modelo consensual e aproximou-se de um modelo maioritário de democracia, com a constituição de maiorias absolutas a quem não as conseguiu nas urnas. A pessoalização e presidencialização são os riscos naturais destes "executivos monocores". 1 Ver Daniel FRANCISCO (2007), "Territórios chamados



desejos: da largueza dos conceitos à contenção das experiências”, in Revista Crítica de Ciências Sociais, n.º 77, 165-199 No atual contexto político-económico, de Globalização/Reglobalização, de crise económica, mas também de tantas carências sociais graves, novos desafios se impõem às estruturas de governo local e particularmente aos municípios. O primeiro dos desafios, que compete a todos, a todas as instituições públicas e nesse contexto também aos municípios, parece residir na necessidade de inverter uma tendência generalizada de afastamento por parte dos cidadãos da sua atividade e do exercício dos seus direitos, mas também das suas responsabilidades políticas perante o sistema democrático vigente. Por isso, a importância de celebrar o 25 de Abril. Existe hoje um reconhecimento generalizado de que é ao nível do governo local e designadamente através dos municípios, que até hoje se tem exercido da melhor forma, a aproximação entre os eleitos e os eleitores, aproximando os cidadãos da conceção das políticas que se lhes destinam. A este propósito Santos afirma que: “Com o poder local coincide a melhor democracia, porque é uma democracia de proximidade, em contraponto da democracia de distanciamento, quando não de alheamento, próprios da democracia representativa. Com o poder local coincide a melhor forma de aproximar os eleitos dos eleitores, porque reciprocamente se conhecem, se influenciam e se esclarecem”, (Santos, 2005). Sendo os municípios as estruturas locais com competência para responder à generalidade dos problemas que se colocam aos cidadãos e às coletividades no seu dia-a-dia, devido à sua proximidade e ao conhecimento mais real das necessidades, aplicando o princípio constitucional da subsidiariedade, é natural que os seus desafios e as suas responsabilidades sejam, também eles, proporcionais ao acréscimo de competências. Assumida a transferência de competências generalizada e progressiva da administração central para a administração local e o pressuposto da aplicação do princípio da autonomia, previsto na CRP, deverá assumir-se também a autonomia financeira, logo a existência por parte dos municípios de capacidade para gerar receitas próprias que evolua de acordo com as suas competências, pois para além de ser um princípio salvaguardado na CRP, é de considerar que um peso demasiadamente elevado das verbas provenientes de transferências distorce o sentido de responsabilidade. Estas novas competências preferencialmente têm de ser atribuídas com um proporcional aumento das receitas fiscais municipais e poderá passar por um novo modelo fiscal, no qual a receita fiscal dos municípios dependesse menos do fator imobiliário e mais da atividade económica em geral (em função do valor do IVA, IRS e IRC), o que induziria os municípios na sua organização interna a uma reforma com vista a estimular uma maior promoção da

dinamização e diversificação económica e conseqüentemente todo o sistema nacional ficaria a ganhar. Parece, assim, que seria essencial, à semelhança do que já acontece com a lei atualmente em vigor relativamente à componente variável do IRS e da Derrama, também de futuro se pudessem alargar tais estímulos de competitividade a impostos como o IVA ou o IRC, pois tal fator poderia ser um desafio quer Autarquia quer à atividade económica, o qual poderia vir a funcionar positivamente, principalmente aplicado em territórios com maiores carências socioeconómicas cuja aplicação, dentro de determinados limites previamente fixados, competiria aos órgãos municipais. Em resumo, acima identificamos três desafios para o desenvolvimento e aprofundamento do Poder Local: 1. A forma como os municípios incentivam e avaliam a participação dos cidadãos; 2. A implementação das políticas públicas locais;) 3. A promoção da “accountability” pelos municípios. Sem um alinhamento perfeito entre estes 3 “stakeholders”, Cidadãos, Autarquia e Trabalhadores do Município, dificilmente conseguiremos enfrentar os desafios que nos irão ser colocados pela adoção e cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Este desafio, não tenhamos dúvidas, vai ter um impacto direto e potencialmente disruptor nos municípios e também nos munícipes. Recordo que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável têm como base os progressos e lições aprendidas com os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, estabelecidos entre 2000 e 2015, e são fruto do trabalho conjunto de governos e cidadãos de todo o mundo. A Agenda 2030 e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são a visão comum para a Humanidade, um contrato entre os líderes mundiais e os povos e “uma lista das coisas a fazer em nome dos povos e do planeta”. Falar em Sustentabilidade nos Municípios Portugueses ainda é ainda hoje uma utopia. Apesar de já se notar o rastilho, ainda estamos longe do —boom” revolucionário e que nos vai colocar num país mais sustentável. Por isso, estamos no tempo de promover uma discussão sobre como transpor a Agenda 2030 para o nível dos Municípios e identificar quais são as prioridades e os desafios que as políticas locais devem considerar. O cumprimento das metas da Agenda 2030 não irá ser feito ser dor e, sobretudo, sem custos que irão ser repercutidos nos serviços fornecidos pelos Municípios aos seus cidadãos. Acredito, contudo, que os Municípios Portugueses são as Instituições com maior facilidade nesta mudança de mentalidades e paradigmas, no sentido de trazer a mudança necessária para um futuro seguro, justo e sustentável. Porque conheço as minhas gentes e o meu povo vareiro, tenho a certeza de que o Município de Espinho saberá estar à altura destes desafios. Viva o 25 Abril Viva a Liberdade Viva Espinho”.



Terminadas as intervenções, fez-se ouvir o Hino Nacional, após o que o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em substituição, deu por encerrada a sessão.

Para constar e devidos efeitos, lavrou-se a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Isaura Maria Gomes Pinto da Rocha Gonçalves, funcionária municipal da Divisão de Gestão Administrativa Financeira e Turismo, designada para o efeito, que a elaborei nos termos legais.

O Presidente da Assembleia Municipal,

---

A Funcionária Municipal,

---